

O IBGE E A GEOGRAFIA MODERNA ESCOLAR: PRESCRIÇÕES METODOLÓGICAS A PARTIR REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (1939 – 1951)¹

José Noberto Andrade de Almeida²
Angélica Mara de Lima Dias³
Maria Vitória Ferreira Dias⁴

RESUMO

A nossa pesquisa decorre no período de constituição da Geografia moderna durante o período ditatorial do governo de Getúlio Vargas (Estado Novo), bem como de um momento que refletiam sobre renovações e surgiam propostas de prescrições e ideais da Escola Nova para o ensino da disciplina. Em contraparte, a análise perpassa também o período de redemocratização do Brasil, com o fim da Era Vargas e o início do governo de Eurico Gaspar Dutra. Nesse sentido, o trabalho é composto a partir de fontes históricas, mediante o periódico *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) organizada em 1939 pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Nesse contexto, objetivamos com a pesquisa investigar como o IBGE contribuiu na constituição da Geografia escolar moderna para o ensino secundário, por meio das prescrições metodológicas abarcadas na RBG, para assim, entender o contexto histórico e as atribuições da Geografia para com o ensino secundário da época. Assim, questionamentos sobre as inovações que surgiram com orientações modernas, as indicações que auxiliavam os docentes na instrumentalização da prática pedagógica e as principais orientações metodológicas que eram dispostas pela RBG, problematizaram a pesquisa. Desse modo, apresentamos resultados parciais da pesquisa historiográfica no íterim de 1939 a 1951, sendo possível corroborarmos importantes contribuições prescritas para os professores secundários que se associam com os movimentos da Geografia moderna e da Escola Nova, com a finalidade formativa por intermédio do periódico estudado como veículo de informação e formação.

Palavras-chave: Revista Brasileira de Geografia; Geografia moderna escolar; Ensino secundário.

ABSTRACT

Our research takes place during the period of constitution of modern Geography during the dictatorial period of the government of Getúlio Vargas (Estado Novo), as well as at a time when there were reflections on renovations and proposals for prescriptions and ideals of the Escola Nova for teaching the subject emerged. On the other hand, the analysis also covers the period of redemocratization in Brazil, with the end of the Vargas Era and the beginning of the government of Eurico Gaspar Dutra. In this sense, the work is composed from historical sources, through the periodical *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) organized in 1939 by the Brazilian Institute of Geography (IBGE). In this context, our research aims to investigate how IBGE contributed to the constitution of modern school Geography

¹ Este trabalho é resultado do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

² Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, nobertoandrade8@gmail.com;

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, angelicadiaz@servidor.uepb.edu.br;

⁴ Graduada do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, vitoria.dias0077@gmail.com.

for secondary education, through the methodological prescriptions covered in the RBG, in order to understand the historical context and the attributions of Geography for secondary education in the times. Thus, questions about the innovations that emerged with modern guidelines, the indications that helped teachers in the instrumentalization of pedagogical practice and the main methodological guidelines that were provided by the RBG, problematized the research. In this way, we present partial results of historiographical research in the interim from 1939 to 1951, making it possible to corroborate important contributions prescribed for secondary teachers who are associated with the movements of modern Geography and the New School, with the formative purpose through the periodical studied as information and training vehicle.

Keywords: Brazilian Journal of Geography; Modern school geography; High school.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a institucionalização da Geografia escolar se dá com a criação do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro no ano de 1837 (ROCHA, 2014), vindo a se institucionalizar na academia com a criação do curso de Geografia na USP em 1934. Sendo assim, temos uma disciplina escolar em vigor há quase um século (ALBUQUERQUE, 2011) antes de um curso superior. Desta forma, concordamos com Souza Neto (2010) ao afirmar que ao criarem a disciplina escolar Geografia também criaram o professor de Geografia, mesmo este não tendo formação específica na área, uma vez que ainda não havia um curso superior que formasse docentes.

Sobre a trajetória da Geografia enquanto disciplina escolar (ROCHA, 1996), voltamos nosso olhar para o período de renovação que tem como marco a introdução da Geografia moderna na escola, tendo como principal expoente Carlos Miguel Delgado de Carvalho, lente do Colégio Pedro II, signatário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) e autor de livros didáticos de Geografia.

Este período se insere no contexto histórico de um momento político em que o Brasil esteve governado pelo presidente Getúlio Vargas que visava, dentre outros objetivos, a definição dos rumos do desenvolvimento econômico e educacional do país, sendo também um período de consolidação das prescrições e ideais da Escola Nova, quando se propunha diversas reformas na educação, tendo em vista que os seus divulgadores acreditavam na escola como veículo transformador e civilizador da sociedade.

Em consonância com a modernização do país e da educação nacional na década de 1930, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, órgão de pesquisa geográfica diretamente ligado ao poder do Estado. “Com ele se criava a carreira do profissional de Geografia” (DANTAS e MEDEIROS, 2011, p. 175). Ainda no que concerne a formação do(a)s

profissionais em Geografia, o IBGE organizou publicações relevantes como o Boletim Geográfico (1943 – 1978) e a *Revista Brasileira de Geografia* (criada em 1939 e ainda em circulação). Esta última tinha dupla função: a de promover as políticas territoriais do país e a de divulgar as prescrições e métodos modernos de se ensinar Geografia (CAMARGO, 2009).

É necessário destacar que a Quarta República (1946-1964), iniciada sob o comando do presidente Eurico Gaspar Dutra, continua o projeto educacional de Vargas, em prismas similares, sobrelevando a valorização do ensino primário e visando melhorias na formação inicial das crianças. De modo geral, o governo Dutra “procurou abrir a economia para o mercado externo, censurou a imprensa e, no campo educacional, deu continuidade às ações de combate ao analfabetismo, construção de prédios escolares e incentivo ao ensino técnico” (CUNHA, 2020, p.68).

Desta forma, elegemos como fonte de pesquisa o periódico *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) e como recorte temporal o período de 1939 – 1951 (seus primeiros 12 anos de circulação), por compreender um período em que se difundiu no Brasil uma Geografia moderna a escola. Assim, nosso objetivo se dá em investigar o papel do IBGE na constituição da Geografia escolar moderna para o ensino secundário durante o período de 1939 – 1951. Para tanto, nos apoiamos na revista supracitada como principal fonte historiográfica de pesquisa, em especial, os artigos concernentes à discussão sobre métodos, os programas curriculares e as prescrições didáticas para a disciplina Geografia.

METODOLOGIA

Para problematizar a Geografia escolar no ensino secundário no Brasil no período de 1939 e 1951, selecionamos 6 edições e 10 artigos da publicação periódica intitulada *Revista Brasileira de Geografia* editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nossa fonte desta pesquisa. Assim, centramos nossas investigações neste material, que traz em sua abordagem temas da Geografia moderna produzida no Brasil na época e propostas metodológicas para o ensino desta disciplina escolar.

Prezando pela metodologia qualitativa como suporte para a pesquisa em educação, e buscando ampliar nossa discussão e contemplar os objetivos propostos para o desenvolvimento desta pesquisa, seguimos o seguinte percurso metodológico:

Levantamento bibliográfico, seguido de leituras e fichamentos da literatura (livros, teses, dissertações, artigos e monografias) sobre a temática; Consulta ao banco de dados da Biblioteca Digital do IBGE, disponível no sítio <https://biblioteca.ibge.gov.br/> para

levantamento dos números/artigos da *Revista Brasileira de Geografia* publicados entre os anos de 1939 e 1951 que tratam especificamente da metodologia de ensino para a Geografia escolar; Elaboração de roteiro de análise dos temas abordados no material didático; Leitura cuidadosa em gabinete, dos artigos selecionados na busca de informações sobre as práticas, prescrições e ideologias contidas nestes; Sistematização das análises.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Proclamação da República no Brasil (século XIX) expressa a ascensão da classe média ao poder, e do contexto do liberalismo econômico se firmando no país, o processo de industrialização e de urbanização das cidades, acarretando profundas transformações no território brasileiro. O Período Republicano entrevê o desafio de construir uma nação. Para tanto, era necessário um projeto de civilização que preparasse o cidadão para a nova sociedade urbana e industrial.

Neste período, o então presidente Getúlio Vargas traça um projeto de nacionalização do Brasil visando tornar o país mais industrial, urbano e desenvolvido possível, sendo, “uma das dimensões estratégicas para o avanço de tal programa nacionalizador [...], indiscutivelmente, a educação” (CURY, 2013, p. 151). Desta forma, a partir de 1930 mudanças significativas começaram a ocorrer no território brasileiro, embora o regime político continuasse autoritário e centralizador. O Estado tinha o firme propósito de se modernizar e o Governo Vargas passou a ser o legítimo representante da emergente burguesia industrial (COSTA e FARIAS, 2009). Para os autores citados, no contexto internacional da crise de 1929 os Estados capitalistas centrais aderiram à fase do planejamento estatal como forma de retomar o crescimento econômico.

O Brasil passou a elaborar planos de desenvolvimento para sua economia e a criar órgão de regulamentação, de controle e de fomento para estimular o progresso da nação. Dentre esses órgãos merece destaque a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (COSTA e FARIAS, 2009), que se institui com o objetivo de produzir conhecimentos sobre o território nacional.

Diante do exposto, é compreensível que o surgimento das pesquisas de cunho geográfico, bem como a institucionalização dos cursos superiores de formação de professores de Geografia e associações profissionais não se deram por acaso na década de 1930 no Brasil. Segundo Dantas e Barbosa (2011, p. 11) “o principal objetivo de fazer uso dos conhecimentos

geográficos para a formação política de uma camada da elite brasileira que pretendia se inserir nos cargos políticos e nas demais atividades a ele relacionadas”.

Para Cabral (2018), a Era Vargas (1930 – 1945) foi o momento de hegemonização da Geografia moderna – imbuída de inegável caráter nacional patriótico. Envolvido pelos ideais reformadores e objetivando a renovação das práticas geográficas na escola, como também a constituição da Geografia moderna, destaca-se a figura de Delgado de Carvalho, lente do Colégio Pedro II.

Seguindo uma vertente patriótica, mas imbuído de ideias educacionais renovadas, Delgado de Carvalho foi defensor não só de uma Geografia brasileira, mas também da renovação de métodos específicos de ensino em sala de aula. Com esta preocupação, é que Delgado publica em 1925 a obra *Methodologia do Ensino Geographico*, sendo responsável pela inserção de uma Geografia científica a partir da escola.

Nesse sentido, de constituição de uma Geografia científica e moderna no Brasil, o IBGE, por sua ligação com a Universidade do Distrito Federal (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), não só teve grande parte do(a)s geógrafo(a)s recém-formados na referida universidade trabalhando no instituto, como também recorria a seus professores para ministrar cursos de férias para os professores do ensino secundário (DANTAS e MEDEIROS, 2011). Segundo Camargo (2009, p. 27), estes cursos “congregavam e atualizavam os professores da rede básica e vulgarizavam as conclusões das pesquisas geográficas.”. Para o autor, por esses e outros motivos, o IBGE ocupou posição central na formação profissional e nas reflexões sobre a prática de ensino da Geografia.

Sendo assim, enquanto órgão oficial de Geografia, o IBGE contribui não só com o desenvolvimento de pesquisas, mas também com a produção de materiais didáticos – como mapas escolares, produção de cursos para professores do ensino secundário e a publicação de periódicos como o *Boletim Geográfico* (1943 – 1978) e a *Revista Brasileira de Geografia* (criada em 1939 e ainda em circulação). “Destinada às bibliotecas e escolas de ensino secundário e superior, a *Revista Brasileira de Geografia* deveria estimular o debate sobre o assunto e divulgar técnicas de ensino adequadas à representação espacial que então convinha ao Estado Novo”. (CAMARGO, 2009, p. 28).

Com o fim do período ditatorial Estado Novo e a retomada do regime democrático, Eurico Gaspar Dutra, antigo ministro de Guerra do governo Vargas, assumiu a presidência do Brasil, marcando a Quarta República. Para Cunha (2020), Dutra foi um grande incentivador das relações políticas e culturais entre Brasil e Estados Unidos, rompendo relações diplomáticas com a União Soviética e cassando partidos comunistas brasileiros.

É neste contexto que a política nacional intensifica suas alianças com a política econômica internacional. Diante disso, Cruz (2008) afirma que uma das prioridades do governo Dutra se caracterizava no alinhamento da política econômica brasileira ao capital financeiro, aspirando aumentar o nível de produção e o desenvolvimento da indústria petrolífera. Aliado aos fatos citados, a educação concebeu grande importância, tendo em vista os altos índices de analfabetismo que ainda pairavam pelas terras brasileiras, contrapondo os aspectos de uma nação modernizada.

Para reverter os problemas educacionais, estratégias formativas foram viabilizadas, a fim de melhorar a formação dos professores e modernizar o ensino primário. Nessa perspectiva, “o INEP deu início, em 1947, a programas de treinamento de professores por meio de cursos promovidos pelo instituto” (CUNHA, 2020, p. 70). O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) foi originado ainda no período do Estado Novo em 1937, responsável por diversas aplicabilidades no âmbito educacional.

Por fim, em um período em que a ciência geográfica estava alicerçando bases de ciência e disciplina moderna Brasil, bem como estavam se formando os primeiros de professores licenciados, acreditamos que a análise de periódicos especializados como a *Revista Brasileira de Geografia* se mostra como fonte de pesquisa importante, uma vez que nos leva a entender temas debatidos e divulgação de técnicas metodológicas adequadas ao período em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Características gerais da RBG

A princípio, as revistas seguem um padrão específico de divisão no que concerne às publicações. Tópicos como: Artigos, comentários, noticiários, Legislações, Vultos da Geografia, tipos e aspectos do Brasil, relatórios, resoluções e leis e inquéritos geográficos, por exemplo, são expressivos durante as suas versões. Assim, entre os anos de 1942 e 1943 em diante, alguns tópicos são retirados ou reaparecem com uma frequência menor.

Destacamos, entretanto, *Tipos e aspectos do Brasil*⁵ que “objetivava apresentar e trazer retratos com as características regionais e locais do país (geográficas e culturais)” (ALMEIDA, 2022, p. 31). Assim, essas publicações recorrentes convergem-se com o período do Estado

⁵ Trata-se de publicações na *Revista Brasileira de Geografia* (RBG), IBGE.

Novo de Vargas que visava “[...] exaltar a tradição do bandeirismo, recuperando a vocação expansionista como elemento formador da nação” (CAMARGO, 2009, p. 29).

Para além disso, os *Vultos da Geografia do Brasil*⁶ eram uma espécie de homenagens para os principais contribuintes dos estudos da Geografia que segundo Almeida (2022, p. 31) “apresentavam personalidades marcantes e, ao mesmo tempo, novos pensamentos, estudos e pesquisas”, representando os intelectuais da época.

A *Geografia dos Transportes no Brasil*⁷ eram frequentes nos anos iniciais das revistas, voltadas para o momento político de projeto do “governo Getúlio Vargas para ascensão da industrialização, o que incluía os transportes no Brasil” (ALMEIDA, 2022, p. 31). Destacamos um exemplo sobre o avanço da industrialização e a sua relação com o ensino, as escolas Fordystas gratuitas patrocinadas pela Companhia Ford com intenções ocultas para o mercado de trabalho, um movimento ligado ao projeto estadonovista.

A *Terminologia Geográfica*⁸, retratada por Delgado de Carvalho (1925) como uma carência no país no que se refere aos termos regionais/locais para o ensino, eram publicações assíduas. Essa terminologia representava as regiões brasileiras, seus dialetos locais eram colocados em formato de dicionário para que os leitores se tornassem conhecedores do Brasil. A Geografia física era preponderante durante as edições, assim como a Geografia do Brasil e regional, classificados como temáticas centrais.

Corroboramos ainda, características que se entrelaçam com os movimentos da Escola Nova e da Geografia moderna, trazendo direta ou indiretamente, prescrições e renovações para o ensino da disciplina e para expansão de seus ideais na sala de aula. Para tanto, a escola secundária era o “laboratório” de aplicação dessas “inovações”.

2. A Geografia moderna escolar

A Revolução de 1930 no Brasil, marca uma época de grandes transformações em diversas esferas sociais, assinalando o progresso da Geografia nos prismas científicos e como disciplina escolar. Segundo Barros (2000), novas possibilidades foram ascendendo para o campo econômico e político através do desenvolvimento urbano-industrial e do avanço na divisão social do trabalho, o que fomentou a emergência de originar uma nova mentalidade abalizada no escopo de um país moderno.

⁶ Trata-se de publicações na *Revista Brasileira de Geografia* (RBG), IBGE.

⁷ Trata-se de publicações na *Revista Brasileira de Geografia* (RBG), IBGE.

⁸ Trata-se de publicações na *Revista Brasileira de Geografia* (RBG), IBGE.

Associado a tal pretensão do Estado, em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi redigido pelo erudito Fernando de Azevedo e assinado por outros transformadores como o professor Delgado de Carvalho. O objetivo central deste documento se caracterizava na busca por modificações no sistema escolar brasileiro, viabilizando diretrizes para a regeneração educacional.

Nesse sentido, a elevação da Geografia moderna no Brasil, como disciplina escolar, fundamentou-se especialmente nos preceitos da Escola Nova, responsável por difundir critérios tracejados no ensino ativo e dinâmico, visto que “a criança sente necessidade de mover-se, de experimentar, de conhecer as coisas”. (LIMA, 2016, p. 95). Portanto, é nesse cenário de nova configuração educacional, que a Geografia passou a abarcar novas maneiras em virtude do fazer pedagógico.

Em meio a esse dinamismo, o professor Delgado de Carvalho definiu sua relevância no ensino da Geografia moderna, ainda quando não existiam cursos superiores de Geografia. Albuquerque (2011) elucida que pessoas sem preparo e qualificação irrisória exerciam a profissão docente de Geografia, simplesmente por dispor de habilidades memorialísticas. Frente a esse quadro, Delgado de Carvalho diligenciou estratégias formativas para progredir a formação do professorado, seja em formatos de cursos, prescrições metodológicas e manuais de ensino.

As suas obras não se resumiram aos importantes livros produzidos, como *Methodologia do Ensino Geographico* (1925) e *Geografia do Brasil* (1913). Ele foi uma personalidade presente com publicações relevantes para o ensino e para a ciência geográfica. Destacamos, dessa forma, produções como *Brazil on the March* (1945, nº3); *Blocos Diagramas* (1942, nº3); *A Excursão Geográfica* (1941, nº4); *O Rio Amazonas e sua Bacia* (1942, nº2); *Evolução da Geografia Humana* (1941, nº2) e a *Colonização e núcleos em expansão* (1941, nº1). Logo, frisamos as suas intenções de expandir a Geografia moderna, Geografia do Brasil e as características dos movimentos que os seguiam, no qual destacavam a renovação do ensino.

O professor e autor Delgado de Carvalho, foi responsável também pela elaboração de uma Divisão Regional do Brasil, na qual foi adotada pelo IBGE e utilizada no ensino secundário do país. Essa proposta tinha como principal elemento, a “região natural” para determinar os limites regionais internos do Brasil (CONTEL, 2014) e coaduna-se com o projeto estadonovista, já que Delgado de Carvalho “[...] dava uma unidade ao país, partindo da sua geografia, o que correspondia aos anseios de criação de uma identidade nacional” (COSTA, 2009, p. 41). O geógrafo Jorge Zarur - discípulo de Delgado - e contribuinte com o IBGE e a ciência moderna, enfatizou que:

A Geografia moderna, portanto, minhas senhoras e meus senhores, não é uma evolução completa da Geografia clássica, da Geografia tradicional. Pelo contrário, ela procura renovar, tendo a região por base, pois a tradicional divisão de Geografia Física e Humana não cabe mais. A Geografia, hoje é, em outras palavras, o estudo dos contrastes regionais. (RBG, 1944, nº. 3, v. 6, p. 315)

Outrossim, Cabral (2018) reafirma que a Geografia moderna tem seu alicerce principal através do método regional para fins de conhecimento. O referido método, advindo de características geográficas dos contrastes regionais, além de aspectos físicos e humanos, estava expresso nas publicações. Portanto, como ressalta Almeida (2022), a influência francesa na Geografia do país era notável por meio de Delgado ou de outros mestres franceses que produziram obras ou artigos para as edições da RBG.

Delgado era assíduo quanto à ignorância que existia na metodologia moderna no ensino de Geografia no Brasil e fazia questão de frisar que enquanto na França Vidal de La Blache já havia modernizado a Geografia, no Brasil o cenário era outro: as práticas de “decorar” persistia, em uma memorização contínua no ensino. Assim, ressaltava ainda, a influência que Pierre Denis iniciou a partir de leitores no Brasil para modernização do ensino da Geografia, sendo Raja Gabaglia o inspirador da corrente (RBG, 1945, nº 2, v. 7).

A Geografia moderna escolar, suas características e métodos, assim como as prescrições para o ensino, eram propagadas por intermédio de conferências e congressos realizados com a presença de professores, pesquisadores, autores e a comunidade em geral, com metodologias e práticas que convinham aos interesses da época.

3. Prescrições de práticas metodológicas

As orientações se coadunam com os movimentos e com o momento político do período, já mencionados anteriormente. Evidenciamos que as instruções possuíam objetivos a serem alcançados, inserindo-os na formação docente e no ensino secundário os propósitos precípuos. As Excursões geográficas foi um artigo escrito por Delgado, com a finalidade de orientar o jovem professor de geografia da época - formandos ou em formação - em como planejar e realizar excursões com o intuito de melhorar o processo de ensino-aprendizagem da Geografia.

O aluno começava a se tornar o centro nas atividades para o desenvolvimento das aulas. Logo, como ressalta Mello e Cuani Junior (2020, p. 4-5), o processo de ensino-aprendizagem era feito por meio da observação à natureza e através de materiais didáticos que facilitavam a

competência geográfica dos discentes, incluindo o “aprender a observar, a pesquisar, a pensar, enfim “aprender a aprender”.

Nesse sentido, a observação como característica predominante se coaduna com as excursões geográficas que estavam incluídas nas atividades a serem realizadas fora das salas de aula, em ambientes externos que favoreciam ao entendimento dos conteúdos trabalhados. As orientações se relacionam com o método do ensino ativo que além do uso de diversos materiais, inclui as excursões escolares que “vai da sala de aula ao recreio, da escola ao sítio, observação e interpretação da paisagem crescente, conjectura da zona da influência de fatos observados, interpretação viva da cartografia (RBG, 1941, nº 1, p.167). Portanto, essa observação interpretativa se tornava uma orientação para haver de fato, uma renovação no ensino.

Nesse sentido, são evidenciados cinco pontos para o antes, durante e depois da excursão. As prescrições vão desde o planejamento prévio *in loco*, ao preparo psicológico” - em um diálogo prévio do docente com a turma - e o durante a excursão como a observação dirigida, são prescritos pensando na aprendizagem dos discentes e nos lugares a serem visitados, bem como o processo de avaliação são sugeridos, passo a passo para o relatório. Além disso, o estudo das paisagens e das comunidades são complementos para que os professores leitores considerassem. As supracitadas excursões escolares foi, também, uma prática advinda da Geografia francesa, tendo Delgado como precursor do seu uso para a finalidade didática (ALMEIDA, 2022).

Entretanto, é importante destacar a afirmação feita por Dias (2013), no qual apesar dos autores escolanovistas defenderem a superação mnemônica e de nomenclatura, desde o início da década de 1900 que existe a propagação dessa ideia através dos anarquistas, a exemplo de Élisée Reclus que orienta as excursões em favor da aprendizagem, como “a frequência livre às aulas e a eliminação dos exames e diplomas, e propunha a realização de excursões para observação direta de fenômenos, produção de cartas e publicações de trabalhos realizados coletivamente” (CODELLO, 2007 *apud* DIAS, 2013, p. 63).

Já os Blocos-diagramas, escrito por Delgado e comentado por Fróis Abreu, foi prescrito para os professores secundários utilizarem em suas salas de aula, dando um sentido prático e concreto para o ensino de Fisiografia, campo da Geografia física, com origem na Geologia. O artigo é claro: o intuito da publicação é predominantemente pedagógico:

O folheto do prof. Delgado de Carvalho será, por isso, muito apreciado nos meios pedagógicos e vale também como uma sugestão ao próprio I. B. G. E. para conseguir de outros autores pequenos trabalhos desse gênero, que de certo terão grande influência na elevação do nível de ensino da geografia do Brasil. (RBG, 1942, nº. 3, v. 4, p. 580).

A intenção era de multiplicar as publicações com viés pedagógico para influenciar os professores secundários na aplicação em sala de aula, embora ainda enfrentassem resistência por parte da classe docente. A partir de quatro exemplos de blocos-diagramas, o artigo direciona por etapas a metodologia, com explicações orientativas para os professores, além de exercícios e avaliações para serem aplicados de maneira prática e concreta. Como presumido, Almeida (2022) enfatiza que o livro didático - compêndios escolares - não era excluído da prática, mas sim uma fonte para estudos sobre a temática e, assim, auxiliá-los nas resoluções em grupos de três ou quatro alunos.

Os blocos-diagramas, a exemplo da figura 1, traziam uma característica de 3D - três dimensões - para que os discentes tivessem um contato mais próximo da realidade. Além de um texto explicativo, havia exercícios já com um avanço para tentativa de superação das características mnemônicas, a partir de um viés mais explicativo.

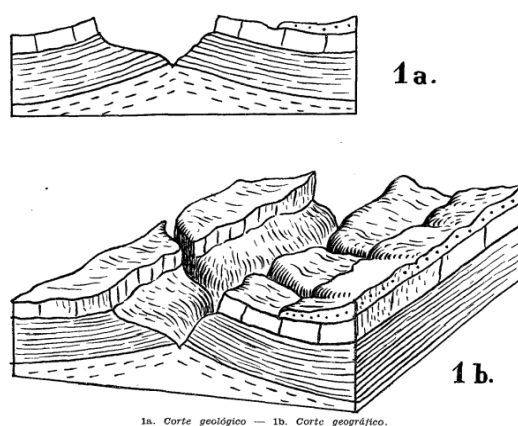


Figura 1: Corte geológico (Estereogramas e tabuleiros de areia)
Fonte: Revista Brasileira de Geografia (nº 2, v. 3, 1941).

Para além dessa metodologia utilizando os estereogramas, o ensino socializado foi mais uma instrução abordada na RBG (nº2, v.3, 1941, p. 258), no qual “consiste em organizar de tal modo as atividades dos alunos, que estes realizam o seu trabalho em colaboração, dividindo as tarefas, auxiliando-se mutuamente, e aproveitando-se, em conjunto, dos resultados obtidos”. Portanto, compreende-se que o ensino ativo era o alicerce para a renovação pretendida.

Em relação ao ensino ativo citado acima, a revista direciona os professores através de características voltadas para um ensino mais objetivo e “pela observação direta que, em extensão crescente, vai da sala de aula ao recreio, da escola ao sítio, observação e interpretação da paisagem crescente, conjectura da zona da influência de fatos observados, interpretação viva

da cartografia” (RBG, 1941, nº 1, v. 3, p.167). Reiteramos que essa direção se relaciona com as pretensões escolanovistas e a de Delgado de Carvalho.

4. O ensino secundário

O geógrafo Pierre Monbeig - um dos mestres franceses que lecionava no Brasil - foi um crítico de algumas obras de Delgado, ele as considerava ultrapassadas e sobre as metodologias defendidas por ele, Monbeig “acreditava serem estas impraticáveis para alguns professores” (ALMEIDA, 2022, p. 28). Entretanto, para o autor e crítico, o ensino secundário era um conjunto de matérias e que os livros didáticos deveriam ser destinados às classes ideais de seus alunos. Sobre a obra *Methodologia do Ensino Geographico* (1925), referência no que se refere às inovações didáticas da época, o mesmo afirma estar “[...] como que fossilizado e fora do alcance e da compreensão do aluno” (RBG, nº 1, 1941, p. 187).

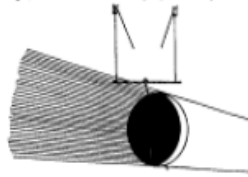
Apesar das críticas feitas por Monbeig, as práticas didático-metodológicas foram expandidas. Uma característica marcante do ensino secundário da época em que o Estado Novo e os movimentos da Escola Nova e Geografia Moderna estavam em ascensão, o patriotismo e o nacionalismo deveriam estar presentes no ensino e isso era prescrito de maneira clara para os docentes leitores, ao longo das publicações. Como aponta Dias (2021), as práticas orientadas neste período, apesar de um caráter inovador, o conservadorismo era evidente em sua construção.

O autor Jorge Zarur, discípulo de Delgado de Carvalho, o qual teve contato desde sua vida escolar no Colégio Pedro II (ALMEIDA, 2022), prescreveu para os professores do ensino secundário um artigo com reflexões, informações e orientações. Os educadores haveriam de ensinar a Geografia instigando os discentes para a moral, o patriotismo e civismo. Segundo o artigo, os alunos possuíam aversão aos métodos que eram adotados, criando antipatia e distanciamento para com a disciplina. Assim, reafirmava a necessidade de mudanças, e o docente era fundamental para a solidificação destas. A observação era um elemento básico que constituía a escola moderna.

Além de trazer recursos e materiais didáticos (Figura 2) utilizados em Gabinetes de Geografia do curso secundário, as análises das revistas catalogadas confirmaram o que Almeida (2022) afirma sobre o desenvolvimento do ensino focado nas bases da ciência moderna, com abordagem regional e renovação da prática do ensino.



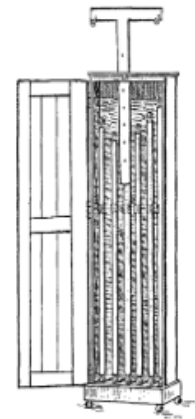
Globo suspenso com feixes de sustentação, muito usado nas escolas brasileiras e americanas, onde prende facilmente.



Globo suspenso iluminado.



Tipo de mapa-quadro negro, onde o professor pode fazer vários exercícios sem necessidade de apagar o contorno.



Mapoteca para sala de aula, com capacidade limitada para poucos mapas. O suporte das cartilhas é muito prático.

Figura 2: Materiais didáticos (Globo suspenso; Mapa-quadro negro; Mapoteca)
Fonte: Revista Brasileira de Geografia (nº 2, v. 3, 1941).

Os materiais didáticos contemplam desde o Globo suspenso que poderiam trabalhar o movimento de rotação da Terra, facilitando a observação de todos os alunos da sala de aula, por estar suspenso no teto. O mapa-quadro negro que tinha o contorno fixo da América do Sul, permitindo ao professor escrever no quadro sem ter que apagá-lo. A mapoteca possibilitava a classificação dos mapas de acordo com as temáticas da Geografia, favorecendo também a conservação dos mesmos. O Atlas de Geopolítica, utilizado na prática pedagógica, era utilizado para uma educação político-nacional em uma educação voltada para a expansão do pensamento com conhecimentos da nação.

No que se refere ao nacionalismo, descreviam que “o professorado precisa saber o que se faz em proveito do melhor conhecimento do nosso amado país - para que melhor o ame e divulgue” (RBG, 1941, nº1, v. 3, p. 167), como elemento estratégico e basilar para educação. O próprio Delgado em uma conferência no “IX Congresso Brasileiro de Geografia”, realizado em Florianópolis, no ano de 1940, enfatiza a necessidade de uma formação mentalmente patriótica por meio dos professores para os discentes:

Mestres e professores brasileiros! Ensinem às novas gerações que se levantam a geografia de nosso Brasil. Digam-lhes bem quanto nossa terra é grande e generosa, quanto necessita de inteligências para compreendê-la, de atividades para engrandecê-la e de coração para amá-la! [...] (RBG, 1941, nº.2, v. 3, p. 431).

As prescrições que direcionam os docentes a formarem os estudantes secundários para a moral, civismo e patriotismo coincide com o material elaborado pelo D.I.P (Departamento de Imprensa e Propaganda - criado em 1939) do governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo. As cartilhas escolares “Getúlio Vargas: o amigo das crianças” (1940) e “Getúlio Vargas



para “Crianças” (BARROSO, 1942), traziam assuntos como: Crianças; Regionalismo/nacionalismo; Juventude brasileira; Realizações para as crianças e Amizade de Vargas com as crianças (SCHMITZ e COSTA, 2017).

Abaixo, as cartilhas de “A Juventude no Estado Novo” (figura 3), publicados pelo D.I.P como difusão propagandística de suas realizações e do projeto nacionalista do governo Vargas, exaltando-o como uma figura de presidente patriótico e amigo das crianças:



Figura 3: A Juventude no Estado Novo

Fonte: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) / (CPDOC/FGV), 1937-1945.

A primeira imagem, trazendo a figura da professora com ênfase no estudo ao mapa do Brasil, transmite a imagem do professor que desperta o civismo nos estudantes, o amor ao país, o respeito às tradições e ensinamento de “crer nos grandes destinos do Brasil”, em referência propagandística ao governo varguista. Na segunda imagem, vulgariza a aprendizagem das crianças voltadas para o “culto da Pátria” no lar e na escola, enfatizando o sentimento de amor patriótico para a construção do Brasil.

Nesse contexto, dentre os órgãos utilizados no arcabouço de imprensa e propaganda de Getúlio Vargas, a *Revista Brasileira de Geografia* - distribuída nas escolas - foi também um meio de divulgação para os leitores professores que tinham acesso a ela, para colocarem em prática uma formação alicerçada nos moldes estadonovista.

É importante destacar que, apesar de o recorte histórico abranger também o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), as influências do governo anterior permaneceram, mesmo que em frequência menor. As publicações para uma Geografia moderna e para o ensino/educação continuavam a ser publicadas, mas, também com frequência abaixo do período

de Vargas. Portanto, significa que o periódico atendeu ao projeto de brasilidade proposto no Estado Novo para ampliação de sua divulgação.

5. Contribuições do IBGE

O IBGE foi contribuinte no que concerne aos materiais didáticos, a exemplo de mapas produzidos pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG), promovendo uma campanha para distribuir cerca de cento e cinquenta mil mapas nas escolas brasileiras. Essa proposta visava melhorar o ensino da disciplina no ensino primário e secundário, em razão da falta de recursos/materiais didáticos, mesmo estes não sendo produzidos, especificamente, para a educação.

Entretanto, Almeida (2022) discute a ideia de que o real objetivo do IBGE junto ao Conselho Nacional de Geografia (CNG) com a propagação dos referidos mapas estava centrado, sobretudo, em um ensino pátrio na perspectiva da Geografia do Brasil. Nesse sentido, inserir o conhecimento regional e nacional nas escolas era central e estava alinhado com o pensamento estadonovista. Essa movimentação coincide com as contribuições voltadas para formação docente, em que o intuito dos Cursos de Férias era tornar os professores “conhecedores de Brasil”.

Assim, junto à Universidade do Distrito Federal (atual UFRJ), viabilizava cursos para os professores (divulgados nas revistas) que “congregavam e atualizavam os professores da rede básica e vulgarizavam as conclusões das pesquisas geográficas” (CAMARGO, 2009, p. 27). Assim, o IBGE procurava constituir os aspectos modernos, regionais e patrióticos para os professores e, sobretudo, nas escolas secundárias como via essencial na proposição do projeto nacional. “A mística do patriotismo predomina em tôdas as suas atividades” (RBG, 1946, nº3, v. 8, p. 396).

Para além da necessidade de uma formação direcionada para a Geografia do Brasil, a formação dos professores secundários seguia precarizada e recebendo críticas que se intensificaram na década de 1960. Os professores eram, em sua maioria, autodidatas. É assim que, entre as décadas de 1960 e 1970, o IBGE junto ao CNG, organizaram Cursos de Férias para formação de professores do ensino secundário/ensino médio de forma mais acentuada, publicando apostilas/manuais que eram utilizadas como material de ensino.

O período das férias escolares era utilizado como o momento precípua para que os professores destinassem esse período para uma formação continuada de atualização dos preceitos escolanovistas e da Geografia escolar moderna.

Compreendemos, portanto, que o IBGE apesar de ser um órgão de pesquisa provedor de dados do País, desempenhou um movimento central que lhe permitia um papel de formador dos professores de Geografia. Nos periódicos da *Revista Brasileira de Geografia* e, também, no *Boletim Geográfico*, disseminava os métodos e orientações modernas, junto às práticas didático-pedagógicas diretamente alinhadas ao civismo, patriotismo e moral como pontos basilares na formação secundária. Nesse contexto, concordamos com Lopes (2023, p. 191-192) que o IBGE teve uma atuação como Aparelho Ideológico de Estado, ‘interpelando ideologicamente, por meio dos cursos de aperfeiçoamento, a formação de professores de Geografia’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entendemos que a *Revista Brasileira de Geografia* (1939 – 1951), por ser especializado em Geografia, difundiu propostas renovadoras em voga na época, bem como serviu de instrução para o(a)s professore(a)s que estavam se formando no referido recorte. A partir do uso desta fonte de pesquisa alcançamos uma melhor compreensão por parte da complexidade existente no processo ensino-aprendizagem de Geografia no período estudado, observando assim, o contexto histórico em que nosso recorte temporal se encontra inserido.

A propagação destas revistas nas escolas secundárias representa o objetivo do órgão em ampliar o contato dos professores com esse periódico e, assim, conquistar leitores docentes para uma formação indireta com base nos artigos publicados.

A investigação a partir de fontes históricas como os periódicos especializados, se mostra relevante, por se tratar de veículos de circulação de ideias, que acabam por difundir conhecimentos e instruir saberes que são apropriados por determinados grupos sociais. Analisar a preparação do professor para ensinar Geografia e as próprias inovações propostas para esta disciplina escolar a partir de periódicos como fonte de pesquisa significa assim acreditar que estes materiais podem nos revelar significativos aspectos da formação docente em Geografia.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Vera. Era preciso redescobrir o Brasil. **Terra Brasilis** [Online], n. 3, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/982>>. Acesso em: 23 Jan. 2022.

ALBUQUERQUE, M. A. M. DOIS MOMENTOS NA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR: a geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 19–51, 2011. Disponível em: <<https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/29>>. Acesso em: 10 Mai. 2022.



ALMEIDA, J. N. A. de. **O IBGE e a constituição de uma Geografia escolar moderna durante o Estado Novo: um estudo a partir da Revista Brasileira de Geografia (1939 - 1942)**. 2022. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2022.

BARROS, M. C. L. de. **A História da disciplina Geografia nas décadas de 1930 e 1940: Expressão da fisionomia do Estado**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2000

BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para crianças**. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis, 1942.

CABRAL, Thiago Manhães. As temáticas físico-naturais e a Geografia escolar moderna: grupos políticos, demandas e lutas pela significação curricular na Era Vargas (1930 – 1945). **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. v.14, n.25, p.123-157, Ago./Out. 2018. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8992>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

CACETE, N. H. A formação dos professores secundários em São Paulo – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: 1930-1960 – as origens. In: CACETE, N.H. **O ensino superior no Brasil e a formação de professores (1930-2000)**. 1ª. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. v. 1. p. 13-47.

CAMARGO, Alexandre P. R. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39, jan/jun, 2009. Disponível em: . Acesso em: 17 set. 2021.

CARVALHO, Delgado de. A Excursão geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941. p. 864-873. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n4.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CARVALHO, Delgado de. **Methodologia do Ensino Geographico**. Petropolis: Typographia das Vozes de Petropolis, 1925.

CARVALHO, Delgado de.; ABREU, S. F. Blocos Diagramas. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942. p. 579-586. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n3.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], n. 3, p. 17, 2014. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/990>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

COSTA, A. A.; FARIAS, P. S. C. **Formação Territorial do Brasil**. 1. ed. Campina Grande - PB: EDUEPB, 2009. v. 1. 280p.

COSTA, Patrícia Coelho. Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador. In: IBGE. Documentos para Disseminação. **Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro. 2009. p. 39 – 52.



CRUZ, Marta Vieira. **Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964)**. HISTEDBR. Grupo de Estudos e Pesquisas, História, Sociedade e Educação no Brasil. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_nacional_desenvolvimentista.html>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CUNHA, A. M. Combate ao analfabetismo e capacitação profissional no programa de educação rural do governo Dutra (1949-1951). **Boletim Historiar**, Sergipe, v.7, n.1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/13597/10475> Acesso em: 02 nov. 2023.

CURY, Cláudia Engler. **Abrindo o baú de memórias: políticas culturais no Brasil – subsídios para construções de brasilidade (1930 – 1990)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

DANTAS, Aldo; MEDEIROS, Tásia Hortêncio de Lima. **Introdução à Ciência Geográfica**. 2 ed. Natal: EDUFRN, 2011.

DIAS, A.M.L. **Linguagens lúdicas como estratégia metodológica para a Geografia Escolar na Revista do Ensino de Minas Gerais(1925-1953)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB): João Pessoa, 2013, 95 f.

DIAS, A.M.L. **Revista do Ensino e a Geografia Escolar (1932-1942): inovações educacionais na Paraíba**. 2021. 181 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB): João Pessoa, 2021, 181 f.

Figura 3: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). A Juventude no Estado Novo. [1937-1945], p. 16-17. In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)**. Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv-133f_1.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Cultura Escolar do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello: o espaço de reinvenção e disseminação de novas práticas educacionais (1932-1950)**. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LOPES, Victoria Vicente Rodrigues. **O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a contribuição na formação de professores de Geografia no Brasil 1962 – 1971**. 2023. 200 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). Disponível em: Acesso em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. 24 set. 2021.

MELLO, M. C. O.; CUANI JUNIOR, J.L. Geografia no currículo da Escola Secundária brasileira, a partir da proposta de Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho (1935). **Revista signos geográficos**, Goiânia-GO, v. 2, p. 1-16, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/signos/article/view/61652>>. Acesso em 09 mar. 2022.



ROCHA, Genylton Odilon Rego. **A Trajetória da Disciplina Geografia no Currículo Escolar Brasileiro (1837 – 1942)**. 300f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

ROCHA, Genylton Odilon Rego. O Colégio Pedro II e a institucionalização da Geografia escolar no Brasil Império. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 15 – 34, Jan./Jun. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/55673846/O_Colegio_Pedro_II_e_a_Institucionaliza%C3%A7%C3%A3o_Da_Geografia_Escolar_No_Brasil_Imp%C3%A9rio>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Educação, Infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para Crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 377-404, jan./abr. 2017.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. Reflexões sobre a Investigação em História da Formação de Professores de Geografia. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; UMBELINO, Ariovaldo. **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 241 - 246.

ZARUR, Jorge. A geografia no curso secundário. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941, p. 227-269. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FONTES

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 3., n 1., 1941.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 3., n 2., 1941.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 3., n 4., 1941.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 4., n 3., 1942.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 6., n 3., 1944.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 7., n 2., 1945.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v 8., n 3., 1946.